

**O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO NO PENSAMENTO
DE ARTURO ESCOBAR¹**

**THE CONCEPT OF DEVELOPMENT IN ARTURO
ESCOBAR'S THOUGHT**

**EL CONCEPTO DE DESARROLLO EN EL PENSAMIENTO DE
ARTURO ESCOBAR**

Flávio José Rocha da Silva²
flaviojoserocha@gmail.com

RESUMO: Este artigo tem o seu foco no conceito de desenvolvimento segundo o antropólogo Arturo Escobar. A palavra desenvolvimento tornou-se um mantra utilizado por diferentes grupos políticos e empresariais para justificar megaprojetos sem levar em conta os impactos negativos nas comunidades locais. Escobar reflete com é possível que comunidades locais entrem em diálogo com o mundo moderno sem que percam as suas culturas e sem que as suas formas de produzir e consumir sejam aniquiladas. Para ele, há uma necessidade de questionar o atual modelo de desenvolvimento na sociedade industrial moderna e como este tem sido imposto às comunidades sem deixar espaço para a diversidade e a pluralidade nelas presentes e desrespeitando a maneira como estas utilizam os seus recursos naturais tendo um outro parâmetro de desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento, Arturo Escobar, Comunidades Atingidas

ABSTRACT: This article focuses on the concept of development according to the anthropologist Arturo Escobar. The word development became a mantra used by different political and business groups to justify any megaproject without taking in account the negative impact on local communities. Escobar reflects on how it is possible that local communities living in dialogue with the modern world without let go of their culture and that their way of producing and consuming be thrown away. According to him there is a need to question what is stated as development in the modern industrial society and how that model has been imposed upon communities all over the world not respecting their diversity and plurality and how they the utilize their natural resources with another pattern of development.

KEYWORDS: Development, Arturo Escobar, Impacted Communities.

RESUMEN: Este artículo está enfocado en el concepto de desarrollo según el antropólogo Arturo Escobar. La palabra desarrollo se ha consolidado como un mantra utilizado para diferentes grupos políticos y empresariales para justificar megaproyectos sin considerar los impactos negativos en comunidades locales. Escobar reflexiona sobre cómo es posible que comunidades locales entren en diálogo con el mundo moderno sin que

¹ Arturo Escobar é natural da Colômbia e atualmente leciona no Departamento de Antropologia da Chapel Hill University – EUA

² Flávio José Rocha da Silva é Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

pierdan sus culturas y sin que sus formas de producir y consumir sean aniquiladas. Para él, hay una necesidad de cuestionar el actual modelo de desarrollo en la sociedad industrial moderna y cómo éste se ha impuesto a las comunidades sin dejar espacio para la diversidad y la pluralidad en ellas presentes, ya que éstas utilizan sus recursos naturales desde otro parámetro de desarrollo.

Palabras-clave: Desarrollo, Arturo Escobar, Comunidades Afectadas

INTRODUÇÃO

A palavra desenvolvimento³ tem sido o mote discursivo para os mais variados ramos ideológicos ancorarem as suas falas oficiais nas últimas décadas. Seu emprego para justificar a implantação de megaprojetos, investimentos em grandes obras, empréstimos subsidiados aos grandes grupos empresariais por parte dos governos ou mesmo a busca de votos durante as campanhas eleitorais, tornou-a o mantra vocalizado e repetido à exaustão pelos mais diferentes espectros político-partidários e ganhou contornos de discurso oficial a partir da década de cinquenta (BIELSCHOWSKY, 2009). É tema dos “sermões” proferidos por alguns pregadores com o objetivo de converter a todos a uma religião que se crê como a única com a possibilidade factível de salvação dos males das desigualdades socioeconômicas da atualidade. Algumas vezes, quem difunde a ideia do desenvolvimento apenas cumpre o ritual das promessas ao sabor dos eventos oficiais com palavras que, sabem os oradores, atingirão o alvo certo dos seus ouvintes sedentos por soluções mágicas para os problemas do nosso tempo. Não somente é uma das palavras mais utilizadas nas falas oficiais dos representantes governamentais, como quem a articula não encontra oposição com uma dimensão que a derrube do pedestal em que foi posta. São aqueles que poderíamos denominar de Arautos do Desenvolvimento. É uma promessa para o futuro que exige o sacrifício do presente. A força da palavra desenvolvimento é tamanha, que Lisboa (2014) chega a defini-la como “a ideologia de nossa época”, dada a sua eficácia no imaginário da nossa sociedade.

Palavra polissêmica, o vocábulo desenvolvimento é de fácil reverberação junto a todas as camadas sociais, já que vem sendo difundida há décadas (quase todos os projetos governamentais a utilizam em seus documentos ou nas nomenclaturas que os titulam)

³ De caráter polissêmico, analisamos, neste artigo a palavra desenvolvimento como uma referência ao seu significado como motor do crescimento econômico, muito embora seus arautos a ela deem vários outros sentidos, mesmo quando está vinculada apenas ao setor econômico. Embora venha sendo utilizada há séculos, é possível afirmar que o desenvolvimento, neste sentido, é fruto das relações entre os países no período pós Segunda Guerra (ESCOBAR, 1995). É essa drástica mudança nas relações entre os países e a necessidade de novos mercados que vai catapultar a palavra desenvolvimento como combustível para a imposição do modelo urbano-industrial e, posteriormente, para o agronegócio nos chamados países do Terceiro Mundo.

como expressão chave para críticas ou propostas. Como bem afirmou Alimonda (2010, p. 10),

Era una espécie de panacea universal que no solamente resolveria nuestros problemas, sino que nos diria cuales eran nuestros problemas. Era en verdad, una espécie de gramática generadora de las caracterizaciones de nuestras sociedades, un diagnóstico de situaciones y patologias, y el recetario de soluciones deseables.⁴

A polissemia da palavra desenvolvimento possibilita que governos, carregados nos ombros do mercado e alicerçados por campanhas midiáticas que difundem a “ideologia do desenvolvimento” como uma necessidade imperativa para a melhoria das condições de vida, imponham seus projetos de forma monológica. Quase sempre traz a venda de soluções técnicas como as únicas possíveis para resolver os problemas que pretende aniquilar. Diante de campanha de *marketing* com somas fabulosas, a população local concebe a chegada dos projetos de desenvolvimento como uma possibilidade de ganho efetivo, desconhecendo que, na grande maioria das vezes, haverá uma pilhagem dos patrimônios naturais da comunidade.

Mas, afinal, o que significa este termo? Por que entrou para o universo das palavras indiscutíveis? Por que encontra tamanha ressonância no mundo político? Como se tornou pedra edificante para a difusão e a justificação de grandes obras? Por que a grande maioria da sociedade aceita a palavra desenvolvimento sem questioná-la, mesmo quando ela nega a sabedoria local adquirida em séculos de convivência das populações com o seu *habitat*? São perguntas que começam a emergir diante da torrente de consequências negativas que atingem muitas comunidades em todo o planeta. Tais populações acreditaram no discurso que trazia a expressão “desenvolvimento” como força motriz para mudanças almejadas por elas, e foram levadas a acreditar que finalmente acessariam melhoras em suas condições socioeconômicas, fato que foi aos poucos sendo descortinado para mostrar um cenário adverso por trás do discurso espetacular da promessa.

A meta deste modelo imposto não é, definitivamente, o bem-estar do maior número de pessoas possível e sim o aumento da produção em larga escala, a adequação a um padrão de produção e consumo e, mais que tudo, a uniformização dos grupos sociais atingidos por um processo de “modernização”. Não espanta que o discurso da necessidade de desenvolvimento nas localidades ou regiões onde grandes projetos são implantados os antecede justamente para o convencimento da população e para a sua justificação.

⁴ “Era uma espécie de panaceia universal que não somente resolveria nossos problemas, como nos diria quais eram os nossos problemas. Era uma espécie de gramática geradora das características de nossas sociedades, um diagnóstico de situações e patologias com a receita de soluções desejáveis.” (Tradução do autor).

Subentendido deverá ser para as populações “beneficiadas” que, se precisam desenvolver-se é porque são subdesenvolvidas e atrasadas. Para Porto-Gonçalves (2004, p. 24). “Desenvolvimento é o nome síntese da ideia de dominação da natureza. Afinal, ser desenvolvido é ser urbano, é ser industrializado, enfim, é ser tudo aquilo que nos afaste da natureza e que nos coloque diante de constructos humanos, como a cidade, como a indústria.”

Em latim, a palavra desenvolver significa aumentar, fazer crescer, estender, desdobrar, aumentar... (DICIONÁRIO DE PORTUGUÊS-LATIM, 2000, p. 215), logo, dentro do modelo capitalista, desenvolvimento impõe-se, inevitavelmente, como um processo de aceleração do crescimento econômico, da produção e do consumo. Concordamos com a afirmação de Pereira e Penido (2010, p. 253) de que “O discurso do desenvolvimento circunscrito à esfera econômica, visível somente a partir de estatísticas, distancia-se da vida e da realidade das pessoas.” Além do mais, os líderes deste “crescimento” serão beneficiados pelos governos em seus investimentos com garantias de que não enfrentarão problemas de ordem da infraestrutura necessária (estradas, telecomunicações, etc.) ou com a mudança de leis que possam ser protetoras dos mesmos contra possíveis imprevistos, como a resistência de pessoas atingidas contra as ações governamentais.

É bem verdade que o modelo de desenvolvimento sofre críticas há décadas. Porém, em alguns casos, estas estavam caracterizadas pelo não acesso a este modelo e não ao modelo em si, como se este pudesse contemplar a todos da mesma maneira com o seu caráter formador de desigualdades socioeconômicas e de passivos ambientais.⁵ Ele também nega a dialogicidade com os que habitam as áreas atingidas, aniquilando de forma lenta e contínua os saberes que possam contrapor-se a sua potência discursiva.

Não é fácil contrapor-se a uma palavra que supostamente emana benesses para todos os lados, segundo os seus defensores. Muitos não questionam os danos socioambientais omitidos na propaganda governamental, fato este que Alier (2007) denomina de *mochila ambiental*, ou seja, aquilo que vem de forma não revelada como impacto negativo com estes empreendimentos. Ao esgotarem os recursos naturais, explorados à exaustão, os megaprojetos deixam um rastro de prejuízos ambientais, sociais e culturais, poluição das terras e das águas e a relocação das populações locais. Ao questionarem os governantes por seus direitos, estas populações são vistas como um entrave para uma pretensa modernização de suas comunidades e para o crescimento econômico da região.

⁵Porto-Gonçalves (2004, p. 25) alerta que os nacionalistas e socialistas, ao questionarem o subdesenvolvimento, almejam a chegada do desenvolvimento. Porém, sem uma crítica ao modelo. “Desse modo, os que criticavam a desigualdade do desenvolvimento contribuíam para fomentá-lo, na medida em que a superação da desigualdade, da miséria, se fazia com mais desenvolvimento.”

Os líderes políticos e empresariais são enfáticos em afirmar que estão promovendo o desenvolvimento quando propõem os megaprojetos e que somente através deles virão os empregos. Como, então, negar-se a apoiá-los? São os “salvadores” da região e, por isso mesmo, não necessitariam dialogar com a população local, sinônimo de primitivismo com suas práticas de cultivo seculares. Até mesmo a maioria dos líderes sindicais e dos movimentos sociais não levam estas reflexões para as suas bases por receio da recusa ao tema, pois a palavra desenvolvimento está de tal forma internalizada como sinônimo de benefício que causaria estranheza ter uma liderança sindical ou comunitária opondo-se a uma grande obra que promete trazer independência econômica para grupos marginalizados.⁶ Mas há um preço a pagar pelos empregos e pelo aumento da renda na comunidade que, na grande maioria das vezes, são ofertas temporárias por manterem-se apenas durante a construção das obras que prometem o desenvolvimento: poluem-se os rios, devasta-se a vegetação nativa e exploram-se os moradores locais como mão de obra barata. Tudo em nome de um modelo econômico que a sociedade não consegue discutir a sério, embora grupos já se insurjam contra ele em várias partes do planeta por perceberem a armadilha das suas promessas (ESCOBAR, 2001). Este preço somente será conhecido anos depois quando os benefícios pertencerão a outros que não a comunidade local que herdará os passivos ambientais. Eles, os verdadeiros beneficiados, estão a quilômetros de distância, vivendo nos centros de decisão política e econômica do país e gerenciando a melhor maneira de “desenvolver” uma região “atrasada”, através dos organismos de decisões governamentais, já que este discurso possibilita a criação de vários órgãos para a implantação do modelo de desenvolvimento que estamos a criticar. Não foi exatamente isto que sucedeu com a criação de tantos órgãos que levam a palavra desenvolvimento em sua nomenclatura como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE- ou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES - por exemplo?

Em suma, quando há o compromisso de que um projeto trará desenvolvimento, qual o real sentido desta palavra para uma população que recebe esta promessa e vê os projetos fracassarem por não dialogarem com os seus saberes? É o desenvolvimento do quê, para

⁶ “Even those who opposed the prevailing capitalist strategies were obliged to couch their critique in terms of the need for development, through concepts such as “another development,” “participatory development,” socialist development,” and the like.” (ESCOBAR, 1995, p. 5). “Mesmo aqueles que se opõem às estratégias do capitalismo, foram obrigados a moldar as suas críticas em termos da necessidade de desenvolvimento através de conceitos como ‘um outro desenvolvimento’, ‘desenvolvimento participativo’ e ‘desenvolvimento socialista’, por exemplo.” (Tradução do autor).

quê e para quem? São perguntas que começam a emergir depois de mais de meio século de submissão às soluções impostas.

ESCOBAR E O (DES)ENVOLVIMENTO DO E NO LUGAR

Para trazer o desenvolvimento para o lugar de seu interesse, o mercado precisa desenvolver o grupo social que nele vive. É o não envolvimento e o distanciar-se das raízes, muitas vezes como uma consequência de um modelo de sociedade vindo de outra cultura, que facilita a imposição de práticas que trarão prejuízos às comunidades locais. Assim, aos poucos, o direito de definir o que será melhor para o lugar onde vivem virá de fora, já que a resistência foi minada por crenças em modelos que, supostamente, trarão empregos, renda e um outro modo de relacionar-se com o meio ambiente, dito “moderno”. Porto-Gonçalves (2004, p. 39) ressalta que, “Assim, *des-envolver* é tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantém com o seu espaço, com seu território; é subverter o modo como cada povo mantém suas próprias relações de homens (e mulheres) entre si e destas com a natureza.”

Diante da avalanche midiática, burocrática e econômica da imposição de um modelo de desenvolvimento, há grupos que resistem a estas armadilhas e preferem continuar com um envolvimento com o seu lugar reafirmando as suas práticas de produção e as suas subjetividades. Não se trata de negar as facilidades e benesses da modernidade que podem aumentar a produção de alimentos, por exemplo, mas estes grupos denunciam que muitas delas estão a serviço do desequilíbrio socioambiental e trarão consequências nefastas ao lugar onde se colocam como vias para o desenvolvimento.

Um modelo de envolvimento que abarque os conhecimentos e as ações do lugar deve operar a partir das particularidades socioambientais e culturais deste lugar e com elas interagir. Assim já fazem vários grupos que trabalham em várias partes do mundo, contrapondo-se ao modelo de desenvolvimento imperante nas últimas décadas. A construção deste novo modelo fundamenta-se na cultura local, o que é quase sempre ausente nos grandes projetos de desenvolvimento, mas não nega o diálogo com as novas tecnologias.

Diante da diversidade presente em uma paisagem não se pode implantar projetos que não distingam e/ou dialoguem com as suas várias características, negando os cuidados diferenciados para cada aspecto nela presente. Sem levar em conta a cultura (ou culturas) do lugar, projetos faraônicos de desenvolvimento estão condenados ao fracasso, senão no curto, com certeza em longo prazo. O que temos testemunhado é que há sempre a negação

da escuta sobre as possibilidades que possam vir a emergir dos saberes locais adquiridos das relações com o seu *habitat* ao longo dos séculos⁷. Como afirmam Silva e Sato (2012, p. 21),

O lugar, mesmo com referência física, por vezes, assume aspectos simbólicos ao propiciar o exercício da vida cotidiana, o meio da produção de alimentos, a construção da casa/abrigo. Nessa significação o conceito de terra extrapola para território, que supera significados materiais, e é o espaço de liberdade e de poder que integra ao espaço físico as vidas pulsantes em suas lutas simbólicas e materiais, em seus conflitos, que juntos articulam táticas de resistências. Sendo assim, toda e qualquer prática que atinja os territórios estará atingindo as identidades que neles habitam.

Cardoso (2009) afirma que “O processo histórico da evolução do homem mostra que este interage com o ambiente de acordo com os conhecimentos históricos construídos, transmitidos culturalmente através de gerações...”. Sendo assim, não é apenas o conhecimento registrado por meio dos processos técnico-científicos que são os únicos válidos, pois há também o arcabouço adquirido através dos séculos por grupos humanos na forma como apreenderam o seu meio. O fato de que este arcabouço ainda resiste, reflete um mecanismo de oposição às formas impostas de diferentes modos de produção que não interagem com o lugar. O saber local, inclusive, muitas vezes dialoga com o saber dominante em um processo que culmina com a hibridização dos saberes para construir suas formas de resistência (ESCOBAR, 1995).

Ao refletirmos sobre o termo “lugar,” ancoramo-nos no conceito elaborado pelo antropólogo Arturo Escobar (2001, p. 152), que afirma que “Nevertheless, it is impossible to provide a definition of place that works for all, and for all, perspectives.”⁸ Segundo este autor, a atenção dada por movimentos sociais e pesquisadores ao lugar é importante para minar o pensamento eurocêntrico. Ele não advoga o encerramento deste conceito em fronteiras geográficas definidas. No entanto, Escobar adverte que “To be sure, ‘place’ and ‘local knowledge’ are not panaceas that will solve the world’s problems.”⁹ (*Idem*, p. 157). O enfoque no “lugar” pode ser um importante instrumento de confronto por se adequar ao momento de perda de territórios e identidades pelo qual vários grupos estão passando no

⁷ Para Stroh (2009, p. 284), “Na região há o registro do afeto e do trabalho lá investido. O trabalho e o afeto são as categorias que definem as relações do indivíduo com o lugar que elegeram como seu. Por meio do trabalho e do afeto os homens estabelecem as relações com a natureza e com os outros homens, nas quais estão retidas representações simbólicas do real, determinadas pela própria existência da consciência humana, e nelas coexistem muitas redes de relações que estruturam a vida coletiva.”

⁸ “Todavia, é impossível ter uma definição de lugar que contemple a todos e para todas as perspectivas.” (Tradução do autor).

⁹ “‘Lugar’ e ‘conhecimento local’ não são panaceias que resolverão os problemas do mundo.” (Tradução do autor).

planeta. Ainda assim, é necessário estar aberto ao diálogo com o que está fora deste “lugar” para não cair no isolamento, na estagnação ou no purismo.

Ao pensarmos o lugar com ênfase no conceito esboçado por Escobar, queremos salientar, como Castro (1992, p. 32), que “Como o espaço é produzido pela sociedade, a região é o espaço da sociedade local, em interação com a sociedade global, porém configurando-se de forma diferenciada”. Esta relação sempre existiu e sempre existirá, de forma saudável ou não, visto que o espaço territorial sempre terá peculiaridades socioeconômicas, políticas, ambientais e culturais que serão manifestadas, algumas vezes de forma conflituosa, em algum momento na inter-relação com o espaço para além dos seus limites territoriais.

O grande trunfo para a apropriação do lugar como instrumento de resistência é que as populações podem avaliar e definir “[...] o que seja um padrão em termos de renda, saúde e educação” (Lisboa, 2014, p. 63) baseadas no seu entendimento do que seja desenvolvimento, pois cada população tem suas especificidades, suas diversidades e, principalmente, seus conflitos internos resultantes de séculos de uma ordem social de onde emergiu um modelo de relacionamento com o lugar que dificulta as estratégias de uniformização daquela área sempre que suas características não forem levadas em conta. Como destacam Zhouri e Oliveira (2010, p. 445),

A defesa do lugar, do enraizamento e da memória destaca a procura por autodeterminação, a fuga da sujeição aos movimentos hegemônicos do capital e a reapropriação da capacidade de definir seu próprio destino. A direção desses movimentos é contrária à atopia, pois ela insiste em nomear os lugares, em definir-lhes seus usos legítimos, vinculando a sua existência à trajetória desses grupos. Não em uma luta pela fixidez dos lugares, mas sim pelo poder de definir a direção da sua mudança.

Para Escobar (2001, p. 153), “Local knowledge is a mode of placed-based consciousness, a place-specific (even if not place-bound or place –determined) way of endowing the world with meaning.”¹⁰ O relacionamento dos seres humanos com a natureza passou por muitas transformações nos últimos séculos. Neste processo, foram adquiridos conhecimentos, muitos deles promotores da preservação ou da propagação da biodiversidade através de uma convivência que busca compreender os limites, as possibilidades e as potencialidades do “lugar” para não modificá-lo com o propósito de atender as necessidades e os apelos mercadológicos, como vem acontecendo nas últimas

¹⁰ “O conhecimento local é um modo de ter consciência do lugar, um lugar específico (mesmo que não seja um lugar determinado ou delimitado por fronteira), uma maneira de dar ao mundo um significado.” (Tradução do autor).

décadas. Não há que romantizar esta relação, pois ela está enleivada por hierarquias traduzidas nas relações geracionais, de gênero, étnicas, de classe social, etc., e em alguns momentos estas terão que ser confrontadas. Ao mesmo tempo não há como negar que modelos como o agronegócio em grande escala dinamitam qualquer possibilidade de compreensão do lugar de forma sistêmica, posto que é um padrão que imprime uma visão de que é a única forma de progresso.

É preciso repensar a inserção do conhecimento local e da relação dos habitantes com o “lugar” para que estes sejam inseridos como protagonistas, de forma verdadeira, nos processos de intervenções em uma comunidade. É necessário, também, redimensionar as imagens criadas sobre o lugar que possam estar estancada no imaginário de seus habitantes.

Não acreditamos na pureza do lugar e o diálogo é imprescindível para que se consiga algum êxito em projetos propulsores de qualidade de vida para qualquer população. O diálogo pode ser, e será, inevitavelmente, em algum momento, com o mercado, desde que as partes dialoguem verdadeiramente, o que não significa necessariamente que daí surgirá uma associação entre estes, pois o lugar, mesmo tendo uma relação com o mercado, na maioria das vezes tem uma autonomia mínima em relação àquele. É preciso impor-se como lugar consciente de sua potência e, ao mesmo tempo, dialogar com outros lugares geográficos ou abstratos, como o mercado, sempre reforçando que as práticas locais são frutos de observações, dinâmicas e modos de lidar decorrentes de séculos de observação e experiências das populações locais.

Este diálogo entre o “lugar” e os seus entornos (não necessariamente geográficos) é um construto feito por tempo indeterminado e constante, visto que é uma dinâmica que exige confrontos em virtude de interesse divergentes. As culturas advindas de cada um dos lados não são neutras, e o conflito é inerente a qualquer relação com interesses que não se alinham, já que o mercado não tem um senso de lugar (Escobar, 2001), como se pode atestar pelos impactos socioambientais deixados por grandes projetos em várias partes do planeta.

Entender a cultura do lugar é extremamente importante para ressignificar o seu poder. Como afirmado por Escobar (2001, p. 166), “Theoretically is important to learn to see place-based cultural, ecological, and economic practices as important sources of alternative of visions and strategies for reconstructing local and regional worlds no matter how produces by “the global” they might also be.”¹¹ Muitas destas práticas chocam-se com as ações dos

¹¹ “Teoricamente é importante aprender a ver as práticas culturais, ecológicas e econômicas como importantes alternativas de visões e estratégias para reconstruir os mundos local e regional, não importando o quanto eles tenham sido produzidos também pelo ‘global’.” (Tradução do autor).

partidos políticos ou sindicatos tradicionais que ainda abraçam um modelo hierárquico e não atento aos pormenores do saber local, pois este tem um processo auto-organizativo complexo e não captado por lógicas eurocêntricas, das quais estes organismos políticos são herdeiros.

A negação das especificidades do lugar é uma das estratégias dos grupos detentores de poder para manter a dominação. Por outro lado, como alerta Escobar (2004, p. 98), “Y entre mayor se ala disponibilidad de considerar em pie de igualdad a los grupos subalternos, mayor es la presión ejercida sobre ellos para que nieguen su diferencia a través de conflictivas formas de assimilacion.”¹² Vê-se então que redimensionar o lugar é muito mais impactante do que se imagina para opor-se ao atual modelo de desenvolvimento; por isso, os defensores do modelo de desenvolvimento imperante tentam assimilar os grupos subalternos através da homogeneização, numa tentativa de aniquilar as diferenças e assim enfraquece-los.

CONCLUSÃO

Ao valorizar o lugar com o seu conhecimento local, mina-se o discurso dominante que a economia desenvolvimentista encontrou em nosso meio nas últimas décadas, fazendo-se detentora da última palavra sobre as decisões técnicas e políticas. Descentraliza-se a fala do desenvolvimento como apenas crescimento econômico e volta-se o olhar para outras dimensões presentes no lugar como gênero, raça, etnia, relação com a natureza, etc. mediados pelas “outras matrizes de saberes” anteriormente censuradas pelo discurso do desenvolvimento.

Levar o lugar ao centro do palco como protagonista, como defende Arturo Escobar, é poder ressignificar a palavra desenvolvimento, dando a ela um novo patamar que possibilite que os diferentes modos de viver, produzir e se expressar sejam respeitados e entender que desenvolvimento tem múltiplos sentidos a depender de interesses e desejos em um mundo diverso e plural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALIER, Joan Martínez. O ecologismo dos pobres. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

ALIMONDA, Héctor. Una Mínga para el postdesarrollo: lugar, médio ambiente e movimientos sociales em las transformaciones globales (Presentacion). In: ESCOBAR,

¹² “E quanto maior se faz a disponibilidad de considerar em pé de igualdadade aos grupos subalternos, maior é a pressão exercida sobre eles para que neguem a sua diferença através da assimilação.” (Tradução do autor).

Arturo. Una Minga para el postdesarrollo: lugar médio ambiente e movimientos sociales em las transformaciones globales. Lima: Universidade Maior de San Marcos, 2010. Disponível em: <https://alfarcolectivo.files.wordpress.com/2011/05/una-minga-para-el-postdesarrollo1.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2015.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Ideologia e Desenvolvimento. In: PÁDUA, José Augusto (Org.). Desenvolvimento, justiça e meio ambiente. Belo Horizonte: Editora UFMG: Peirópolis, 2009.

CARDOSO, Claudete da Cruz. Educação Ambiental Crítica: Contribuições para uma mente e um sistema sócio-econômico menos degradante. In: Revista Educação Ambiental em Ação. Número 27, Ano VII. 2009. Disponível em: <http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=673&class=02>. Acesso em 10 jun. 2015.

CASTRO. Iná Elias de. O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

ESCOBAR, Arturo. Power and visibilidade: developmente and the invention and management of the third world. In: Cultural Anthropology, v. 3, n. 4. 1988, p. 428-443.

_____. Power and visibility: Development and the Invention and Management of the Third World. In: Cultural Anthropology, Vol. 3, No. 4 (Nov., 1988), pp. 428-443. Disponível em: <http://ipidumn.pbworks.com/f/Escobar-Power+and+Visibility.pdf>. Acesso em 03 jun. 2015.

_____. Encontering development: the making and the unmaking of the third world. Princeton: Princeton University Press, 1995.

_____. Culture sits in places: reflections on globalism and subaltern strategies of localization. In: Political Geography. n. 20. 2001, p. 139-174. Disponível em: http://aescobar.web.unc.edu/files/2013/09/escobar_culture_sits_in_places.pdf. Acesso em 01 jun. 2015.

_____. Beyond the third world: imperial globality, global coloniality and anti-globalisation social movements. In: Third World Quaterly. Vol 25, N 1. 2004, p. 207-230. Disponível em: <http://aescobar.web.unc.edu/files/2013/09/escobar.2004.ThirdWorldQuarterly.25-1.pdf>. Acesso em 03 jun, 2015.

_____. El “postdesarrollo” como concepto y practica social. In: MATO, Daniel (Coord.) Políticas de economia, ambiente y sociedade em tempos de globalização. Caracas: Universidade Central de Venezuela. 2005, p. 17-31. Disponível em: <http://aescobar.web.unc.edu/files/2013/09/El-postdesarrollo-como-concepto1.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2015.

_____. Territories of difference: places, movements, life, redes. Duke: Duke University Press, 2008. Disponível em: <http://aescobar.web.unc.edu/files/2013/09/Territorios.pdf>. Acesso em 04 jun. 2005.

_____. Contra el (neo)desarrollismo. In: Impasse: dilemas politicos del presente. Buenos Aires: Coletivo Situaciones, 2009.

_____. Una Minga para el postdesarrollo: lugar médio ambiente e movimientos sociales em las transformaciones globales. Lima: Universidade maior de San Marcos. 2010. Disponível em <http://aescobar.web.unc.edu/files/2013/09/escobar.2010.UnaMinga.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2015.

DICIONÁRIO PORTUGUÊS-LATIM. Porto: Porto Editora, 2000.

LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e Conflitos Ambientais: um novo campo de investigação. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

LISBOA, Marijane. Em nome do desenvolvimento. In: ZHOURI, Norma; VALÊNCIO, Norma. Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p. 51-78.

MENDES, Armando Dias. Envolvimento e desenvolvimento: introdução à simpatia de todas as coisas. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 2009.

PEREIRA, Doralice Barros; PENIDO, Marina de Oliveira. Conflitos em empreendimentos hidrelétricos: possibilidades do (des)envolvimento social. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (Orgs). Desenvolvimento e conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2010.

PORTO-GONCALVES, Carlos Walter. O desafio ambiental. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SILVA, Michelle Jaber da; SATO, Michéle Tomoko. Territórios de tensão: o mapeamento dos conflitos socioambientais no estado do Mato Grosso – Brasil. In: Revista Ambiente & Sociedade. V. XV, n. 1. São Paulo. Jan-mai 2012, p. 1-28. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v15n1/02.pdf>. Acesso em 02 jun. 2015.

STROH, Paula Yone. As Ciências Sociais na relação interdisciplinar do planejamento ambiental para o desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 2009, p. 276-292.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. Quando o lugar resiste ao espaço: colonialidade e processo de territorialização. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (Orgs). Desenvolvimento e conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 439-462.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (Orgs). Desenvolvimento e conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2010, p. 11-31.

Recebido em: 12 de setembro de 2016

Aceito em: 06 de dezembro de 2016